

Solidariedade com a Bolívia: Em defesa de eleições livres e do Estado Plurinacional

O governo ilegítimo de Añez surgido de um golpe que custou a vida de dezenas de defensores do estado plurinacional teve que finalmente marcar a data das eleições. A tentativa do governo de postergar pela terceira vez a data das eleições presidenciais foi derrotada pela contundente mobilização dos trabalhadores mineiros, camponeses e indígenas em favor da democracia e contra a feroz repressão do Estado. O Tribunal Supremo Eleitoral teve que declarar que o primeiro turno das eleições presidenciais será realizado em 18 de outubro de 2020.

Todo o movimento democrático mundial tem que comprometer-se no apoio ao povo da Bolívia para que se façam eleições livres e se respeite o Estado Plurinacional. Nesta batalha crucial da luta de classes, especialmente os latino-americanos temos uma grande responsabilidade e dever de atuação; porque as consequências desta disputa não se limitarão às fronteiras bolivianas, mas se estenderão por todo o continente. Caso o regime reacionário e fraudulento triunfe, sem dúvida, sairá fortalecido o eixo Bolsonaro-Duque-Piñera e congêneres do mundo começando por Trump. Caso o movimento de massas na Bolívia imponha a sua vitória será um passo na batalha contra o totalitarismo proto-fascista. A vitória da whipala na Bolívia também será um grande incentivo para as lutas travadas pelos mapuches no Chile, pelos garífunas em Honduras, e pela vasta gama de povos originários do continente que resistem heroicamente à ação criminosa dos diferentes Estados em favor do capital transnacional.

Vale recordar que a Bolívia o país com a história mais revolucionária de nosso continente, o que implica também em

constatar que a Bolívia é o país onde as elites mais lançaram mão de golpes de estado, frequentemente com a participação do imperialismo estadunidense de olho nos extraordinários recursos naturais do país andino. Em 1952, após a vitória eleitoral do Movimento Nacional Revolucionário, os trabalhadores mineiros com armas na mão lideraram o processo revolucionário que derrotou a tentativa de golpe do Exército branco, cujo objetivo principal era conservar o controle das minas por "La rosca", o trio de famílias mais ricas do país. Deste triunfo dos trabalhadores e o povo foram alcançadas conquistas: nacionalização das minas, criação da empresa mineira do estado com controle operário, formulação as primeiras propostas de reforma agrária e instalação do sufrágio universal.

Tal período histórico teve um fim trágico em novembro de 1964, quando o general René Barrientos. Seis meses mais tarde, após sufocar sucessivas greves gerais e massacrar lideranças de esquerda e dirigentes mineiros, Barrientos envia tropas e esquadrilhas para ocupar militarmente as minas e esmagar os últimos focos da Revolução de 1952.

Bolivia, cenário de revoluções e golpes, agora se confronta a uma nova reação golpista. O processo que agora se encontra em jogo iniciou-se com as mobilizações em 2000 (Guerra da Água, Guerra do Gás, lutas camponesas e indígenas), que culminou na ascensão ao poder do Movimento al Socialismo (MAS), cujo aspecto inédito e mais sobressaliente é o protagonismo de lideranças genuinamente indígenas e/ou operárias. Independentemente de qualquer da opinião sobre estes anos do governo de más houve a conquista das populações oprimidas: o Estado Plurinacional, isto é, a maioria indígena no poder. Este avanço histórico, concebido legitimamente por uma Assembleia Constituinte e respaldado logo depois por um referendo popular, junto com a medida de nacionalização dos hidrocarbonetos, nunca foi tolerado pela burguesia branca e pelos setores fascistas do sul de Santa Cruz, nem por governos

pró-imperialistas.

A exemplo dos militares em 1965, as elites brancas e seus representantes na superestrutura pretendem em 2020 varrer novamente toda conquista. Para tanto, precisam emular o golpe sangrento de Barrientos, mas a resistência popular tem impedido que a repressão chegue a tanto e se consolide uma ditadura como a de 1965. Se bem é que eles já deram um primeiro passo na repressão e perseguição de opositores, seu projeto original encontra-se inacabado, visto que não puderam esmagar o heroico campesinato e a classe operária boliviana. Num quadro de pandemia descontrolada e de gestão sanitária caótica, os adiamentos eleitorais e os escândalos de corrupção no interior do governo ilegítimo despertaram no povo a vontade de se levantar mais uma vez. E assim, os trabalhadores mineiros e os movimentos sociais organizaram um calendário bem-sucedido de paralisações, enquanto camponeses e populares estabeleceram bloqueios em centenas de pontos estratégicos do país, interrompendo a vida prática de uma sociedade regida por uma “democracia de fachada”. Esta ação potente, mudou o curso da situação, mas ainda não a definiu.

A burguesia branca e o imperialismo tiveram que retroceder momentaneamente, sem abandonar seu tradicional revanchismo. Dezenas de ativistas na linha de frente dos bloqueios em favor da democracia começam a sofrer processos judiciais persecutórios, demonstração inequívoca de que um regime ilegítimo só pode se sustentar de pé em cima de novos atos ilegítimos. Por isso, para deter a repressão contra o povo boliviano mobilizado, se tem de intensificar por todos os países latino-americanos a solidariedade internacional por “eleições livres” e a “defesa do Estado Plurinacional”. E conforme se avizinha o 18 de outubro, delegações de observadores estrangeiros precisam ser organizadas a fim de que a lisura do processo eleitoral não sofra violações ou de que relatórios fraudulentos como o da OEA em 2019 não se repitam. Os rumos da luta de classes e da democracia na

América Latina nunca dependeram tanto da Bolívia quanto agora.

Israel Dutra Secretário de Relações Internacionais do PSOL